



Estrutura de governança: uma avaliação do papel do estado no desenvolvimento do Território Vale do Araguaia-GO

Najla Kauara Alves do Vale

Instituto Federal Goiano – Iporá – Goiás – Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3577-1513>

Klaus de Oliveira Abdala

Universidade Federal de Goiás – Goiânia – Goiás – Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6466-9905>

Guilherme Resende de Oliveira

Universidade Federal de Goiás – Goiânia – Goiás – Brasil

UNIALFA – Goiânia – Goiás – Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2170-3608>

Resumo

Ao considerar o papel das instituições no direcionamento do desenvolvimento de um território, a estrutura de governança emerge como referencial teórico e metodológico exploratório capaz de prover esclarecimento e direcionar estudos mais aprofundados. Este trabalho investiga as implicações da estrutura de governança na institucionalização do Território Vale do Araguaia-GO. A governança aqui é compreendida como um processo de cooperação e de coordenação entre instituições, atores privados (empresas), públicos (autoridades locais, estabelecimentos públicos etc.) e representações da sociedade civil (associações e sindicatos). O trabalho apresenta um constructo teórico sobre a estrutura de governança que permite a sua descrição e caracterização, a partir da instância estatal e de suas implicações na institucionalização do território. Os resultados evidenciam o impacto da governança estatal na atração de investimentos que hoje consolidam a expansão de uma fronteira de produção de commodities agrícolas, em detrimento do potencial que atividades turísticas e uma equilibrada e diversificada produção agropecuária poderiam ter na consolidação dos fins a que se destinam a delimitação de desenvolvimento territorial. Nesse sentido, fica clara a necessidade de instrumentação de dispositivos legais e institucionais, que permitam fomentar e efetivar distintas potencialidades do território.

Palavra-chave: Território Vale do Araguaia. Desenvolvimento Regional. Turismo. Commodities. Agricultura Familiar

Governance structure: an assessment of the role of the state in the development of the Vale do Araguaia-GO Territory

Abstract

When considering the role of institutions in directing the development of a territory, the governance structure emerges as an exploratory theoretical and methodological reference

capable of providing clarification and directing more in-depth studies. This work investigates the implications of the governance structure in the institutionalization of the Vale do Araguaia-GO Territory. Governance here is understood as a process of cooperation and coordination between institutions, private actors (companies), public actors (local authorities, public establishments, etc.) and representations of civil society (associations and unions). The work presents a theoretical construct about the governance structure that allows its description and characterization, based on the state instance and its implications for the institutionalization of the territory. The results highlight the impact of state governance in attracting investments that today consolidate the expansion of a frontier for the production of agricultural commodities, to the detriment of the potential that tourist activities and a balanced and diversified agricultural production could have in consolidating the purposes for which they are intended. the delimitation of territorial development. In this sense, the need to implement legal and institutional devices is clear, which allows the promotion and realization of different potentialities of the territory.

Keywords: Vale do Araguaia Territory; Regional development; Tourism; Commodities; Family farming

Estructura de gobernanza: una evaluación del papel del Estado en el desarrollo del Territorio Vale do Araguaia-GO

Resumen

Al considerar el papel de las instituciones en la dirección del desarrollo de un territorio, la estructura de gobernanza emerge como un referente teórico y metodológico exploratorio capaz de aportar esclarecimientos y orientar estudios más profundos. Este trabajo investiga las implicaciones de la estructura de gobernanza en la formación del Territorio Vale do Araguaia-GO. La gobernanza se entiende aquí como un proceso de cooperación y coordinación entre instituciones, actores privados (empresas), actores públicos (autoridades locales, establecimientos públicos, etc.) y representaciones de la sociedad civil (asociaciones y sindicatos). El trabajo presenta un constructo teórico sobre la estructura de gobernanza que permite su descripción y caracterización, a partir de la instancia estatal y sus implicaciones para la formación del territorio. Los resultados resaltan el impacto de la gobernanza estatal en la atracción de inversiones que hoy consolidan la ampliación de una frontera para la producción de commodities agrícolas, en detrimento del potencial que las actividades turísticas y una producción agrícola equilibrada y diversificada podrían tener en la consolidación de los fines por los cuales están destinados a la delimitación del desarrollo territorial. En este sentido, es clara la necesidad de implementar dispositivos legales e institucionales, que permitan la promoción y realización de las diferentes potencialidades del territorio.

Palabra clave: Territorio Vale do Araguaia; Desarrollo regional; Turismo; Productos básicos; Agricultura familiar

1 Introdução

A implementação de políticas de ampliação da atratividade regional, tanto no âmbito nacional como local, destinadas a captar fluxos de investimentos de setores industriais, tem sido a tendência dominante nas estratégias de desenvolvimento regional (DALLABRIDA, 2016). Colletis *et al.* (1999), Boisier (2000), Dallabrida e Becker (2003), Davoudi *et al.* (2008) e Fuini (2008) observaram que tais políticas instituem a formação de um “mercado de território” ao focarem na dotação de fatores como estratégia de alocação de recursos. Tais fatores enfatizam vantagens comparativas e

condições mercadológicas como determinantes da localização ótima de atividades produtivas que são fundamentais na institucionalização do território.

Embora a instituição dos mercados de território sob tais condições possa parecer inequívoca, tais estratégias não consideram a dinâmica dos recursos produtivos, pois, a oferta destes, não pode ser reduzida a um estoque de fatores de produção, uma vez que o fluxo de produtos é função de soluções construídas por atores locais, por meio da inovação e aprendizagem (DALLABRIDA, 2016).

Corroborando com essa tese, Colletis *et al.* (1999) e Jean e Wa (2004) confirmam que o enfoque no desenvolvimento territorial tem como premissa a dotação de recursos e a localização, entretanto, esses fatores são insuficientes para explicar o desenvolvimento de determinadas regiões, uma vez que existem fatores intangíveis como a coordenação, estrutura de governança e o capital social que contribuem para o desenvolvimento das regiões.

Os processos de coordenação, segundo North (1991), consistem na compreensão da função das instituições, percebidas como “regras do jogo” que promovem a distribuição dos recursos de poder (PAULILLO; ALMEIDA; MELLO, 2019). Neste sentido, para Davoudi *et al.* (2008), o território passa a ser analisado sob a perspectiva de um processo de coordenação produtiva articulada, estruturado por uma governança territorial que define os mecanismos de produção material e institucional de atores geograficamente próximos.

Dessa forma, a estrutura de governança ativa redes de poder que se articulam entre diferentes ramos de atividades e produzem mudanças estruturais, as quais, por sua vez, evidenciam um conjunto de atores, públicos e privados, representados por instituições, que mobilizam os recursos e as potencialidades existentes em um espaço físico. Portanto, compreender a estrutura de governança é fundamental para promover o desenvolvimento com base nas especificidades locais (FUINI, 2012).

Nos estudos relacionados ao território, Abramovay (2000), Davoudi *et al.* (2008) e Farinós e Ferrao (2015) mencionam o termo governança territorial como um processo de organização das múltiplas relações que equalizam as interações entre atores de interesses distintos localizados no território, procurando promover a coesão e o desenvolvimento territorial harmonioso e sustentável. O resultado desta organização é a instituição de uma visão territorial partilhada, sustentada na identificação e valorização dos diferentes capitais necessários para alcançar essa coesão sustentável, em todas as escalas do território, constituindo, assim, instrumento efetivo de políticas de desenvolvimento territorial.

No Brasil, o termo governança foi instituído nos documentos oficiais a partir do ano 2000, como referencial ao desenvolvimento com foco territorial (BRAGA, 2010). A partir de então, as políticas públicas descentralizaram a tomada de decisão, determinando uma estrutura institucional de autonomia dos territórios para as decisões, ações e destinação dos recursos públicos.

As estruturas de governança, como determinantes de processos produtivos e institucionais, diferenciam resultados em um contexto territorial, com efeitos que se manifestam em função das configurações das interações entre os atores que participam do processo, sejam eles estatais, sociais ou empresariais (DALLABRIDA, 2016), instituindo redes de inovação e níveis de competitividade mais ou menos efetivos para o desenvolvimento do território (BOISIER, 2000).

Dessa forma, a estrutura de governança é quem impulsiona as formas de cooperação em uma determinada região, permitindo assim a formação e consolidação do capital social, frente às características físicas e sociais de uma localidade, tais como: localização geográfica, recursos naturais, qualidade de vida, tradições locais, patrimônio material e imaterial - social, cultural e institucional (DAVOUDI *et al.*, 2008).

Na análise de Geraldi (2022), a institucionalização dos territórios no Brasil foi definida por um processo de regionalização, para fins de ação pública, fundamentado na aproximação de municípios com características distintas quanto aos aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais, visando dirimir as desigualdades existentes. Nesse interim, em 2003, foi implementada a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA), para fomentar a institucionalização dos territórios no País.

Tal institucionalização buscava amparar as propostas desenvolvimentistas do governo Lula (à época), em que o território figuraria como um modelo de integração espacial da atividade econômica, constituindo uma visão estratégica e integrada de mobilização e do envolvimento de atores e da sociedade civil (associações, sindicatos, organizações não governamentais (ONG), cooperativas etc.), em uma escala coerente e funcional de cooperação e coordenação.

Neste contexto, o Território Vale do Araguaia GO (TVA), enfoque do presente trabalho, fora instituído em 2003, por meio do Programa Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (PRONAT), tendo sido, então, inserido no circuito produtivo incentivado pela conexão entre as políticas de estímulo ao desenvolvimento regional e fomento à produção agropecuária, com o objetivo de integrar a modernização da produção e do espaço agropecuário no estado, contemplando as dimensões econômicas, sociocultural, político-institucional e ambiental (Oliveira Júnior, 2015).

O objetivo era, então, o de obter recursos para fortalecer as cadeias produtivas e gerar renda, a partir da integração entre pequenas empresas e agricultores (dimensão econômica), garantindo a equidade social do território, com base na prevalência das suas características socioculturais (dimensão sociocultural) e na instituição de novas políticas públicas que garantissem uma governança eficiente (dimensão político-institucional), enfatizando a gestão sustentável dos recursos naturais do território (dimensão ambiental) (BRASIL, 2006).

Apesar da perspectiva de desenvolvimento estar explícita na constituição dos territórios, a complexa relação entre os fatores naturais e os elementos territoriais pode estar sendo responsável por um processo de degradação socioambiental no TVA (SUESS; SOBRINHO, 2014; ARAÚJO; ABDALA; MEDINA, 2021).

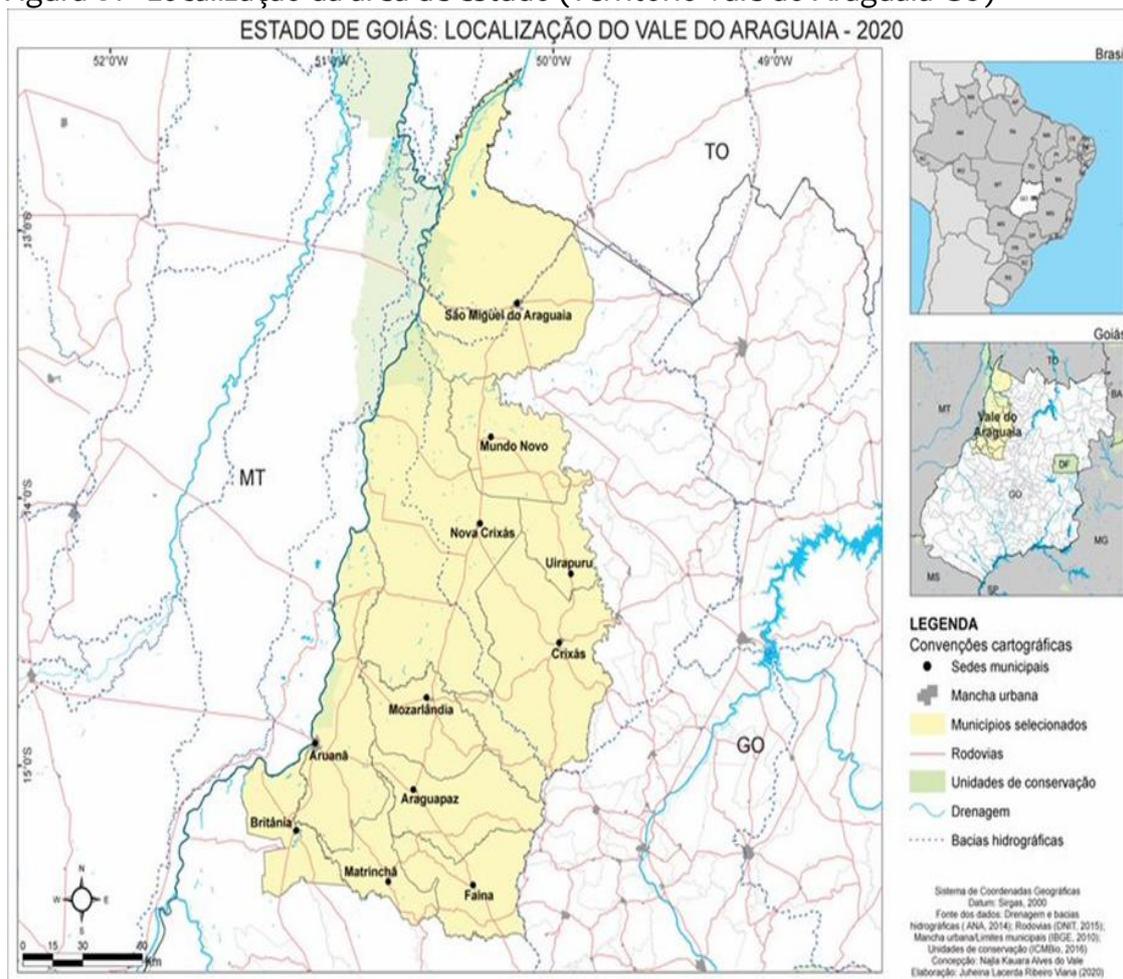
Observa-se, portanto, a necessidade de estudos que visem melhor compreender as dimensões do processo de desenvolvimento e sua relação com os determinantes de governança na região. Nessa perspectiva, verifica-se oportuna esta pesquisa, no sentido de compreender o processo de desenvolvimento territorial no Vale do Araguaia-GO, em uma perspectiva de estruturas de governança no território, o que permite prospectar instituições estratégicas ao seu desenvolvimento, contribuindo com propostas para dinamizar o desenvolvimento regional, ao fornecer subsídios à concepção de políticas públicas que contemplem tais estratégias.

2 Metodologia

2.1 Caracterização socioeconômica do Território Vale do Araguaia

A região abordada nesse estudo, o Território Vale do Araguaia (Figura 01), é localizada no estado de Goiás, região Centro-Oeste do país, sendo composta por 11 municípios: Araguapaz, Aruanã, Britânia, Crixás, Faina, Matrinchã, Mozarlândia, Mundo Novo, Nova Crixás, São Miguel do Araguaia e Uirapuru.

Figura 01 - Localização da área de estudo (Território Vale do Araguaia-GO)



Fonte: IBGE (2010), ANA (2014), DNIT (2015).

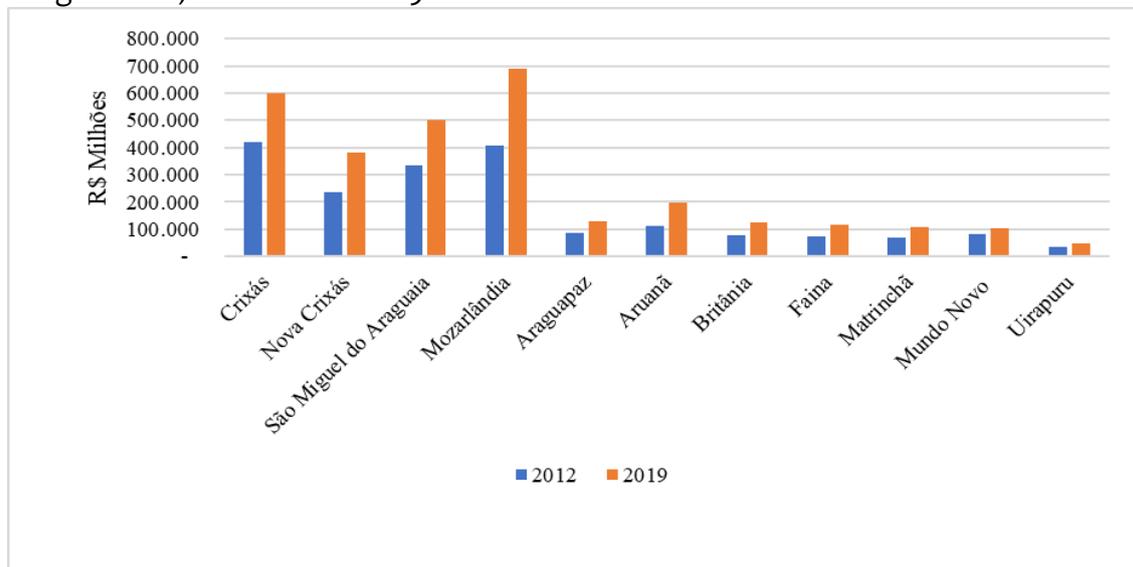
A configuração socioeconômica dos municípios que compõe o Território Vale do Araguaia-GO se desenvolveu a partir de três vertentes, primeiramente pela exploração do ouro, posteriormente pelas atividades pecuária e turística e, mais recentemente, pelas atividades agrícolas (TEIXEIRA NETO, 2018).

Possui área total de 32.940,59 km² e, segundo o IBGE (2010), a população total era de 104.657 habitantes, sendo 26.794 habitantes da população rural e 77.863 da população urbana. Faz limite com os estados de Mato Grosso e Tocantins, sendo integrado por municípios das microrregiões São Miguel do Araguaia e Rio Vermelho.

Apesar de estar havendo crescimento da economia dos municípios desde a institucionalização do TVA em 2003, conforme aponta IMB (2012), de uma maneira

geral, todos os municípios do TVA estão abaixo da média do PIB dos município Goianos em 2019 (R\$ 848 milhões) (figura 02).

Figura 02 – Variação do PIB dos municípios que compõe o território Vale do Araguaia-GO, entre 2012 e 2019



Fonte: IMB (2012) e IBGE (2021).

2.2 O método

O estudo pode ser caracterizado como uma pesquisa de natureza exploratória e qualitativa. A natureza exploratória é justificada pela revisão necessária à fundamentação do mesmo, à qual seguiu critérios de pesquisa como o ano da publicação e a natureza do trabalho publicado, constituída pelas palavras-chaves: “Territorial Governance”; “Territorial Development”, “Territorial Governance in Vale the Araguaia-GO” e “Public Politics”. A pesquisa qualitativa busca compreender o significado e a percepção de um assunto, procurando elucidar “como” e “por que” determinado fenômeno, programa ou contexto social atuam em um determinado conjunto.

Na revisão bibliográfica, utilizou-se dados secundários, provenientes da análise e sistematização de publicações e de documentos inerentes aos planos e ações do governo relacionados à temática de desenvolvimento regional/territorial no TVA. As principais fontes consultadas foram: Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás (Segplan); Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Semarh); Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB); e Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria de Desenvolvimento Territorial.

Cumprе salientar que cada uma dessas entidades/instituições usam uma regionalização diferente daquela delimitada pelo território Vale do Araguaia, entretanto, conforme esclarece Oliveira et al. (2022, p. 2)

O Plano Plurianual (PPA) de 2004- 2007 instituiu as Regiões de Planejamento do Estado de Goiás (Regplan) a fim de que as ações dos programas governamentais fossem planejadas, executadas e avaliadas regionalmente. Neste sentido, a administração pública estadual adotou

tais regiões para servir de referência em todo o ciclo do processo de políticas públicas, entretanto, no decorrer dos anos, as instituições públicas estaduais foram criando seus próprios critérios para desenhar as regiões que fossem adequadas ao seu contexto, o que acabou diminuindo a utilização da referência anterior. Assim, além das Regiões de Planejamento do Estado, o Estado de Goiás ainda trabalha com as Microrregiões da Saúde, Regiões da Educação, Regiões da Agrodefesa, Regiões da Emater, Regiões da Administração Prisional, Regiões da Saneago, entre outras não identificadas. Logo, existe uma divergência entre os desenhos das regiões, com distintos municípios em cada regional. Isso dificulta o acompanhamento das situações regionais e complica uma ação convergente do governo estadual, ou transversal, às suas áreas de atuação.

Diante de tal divergência, o trabalho buscou, nas diferentes instituições, informações que fossem complementares ou interseccionais e abrangessem os municípios ou parte do território, além disso, os resultados e a discussão foram amparados por dados secundários provenientes do IBGE e IMB, particularmente aqueles sobre produção agropecuária e desenvolvimento setorial, nos municípios que compõem o território.

A abordagem da governança, utilizada no presente trabalho, segue aquela proposta por Farinós e Ferrao (2015) e Espon (2013) segundo a qual foram atribuídas três dimensões para a análise da governança no Território Vale do Araguaia-GO.

A primeira dimensão da governança consiste na atuação previsível e transparente dos governantes, a segunda na mobilização dos atores e instituições, e a terceira nas adaptações do território, que configuram mudanças em sua estrutura e impactos provenientes dessas alterações (ESPON, 2013). Tais dimensões são caracterizadas pelos seus distintos aspectos: econômico, social, cultural, político e ecológico, e transparecem sob distintos formatos: “Arranjos Produtivos Locais (APL), os Circuitos Turísticos, as Agências e Conselhos de Desenvolvimento local/regional, os Consórcios Intermunicipais, as Regiões Metropolitanas, entre outras estruturas político-institucionais” (FUINI, 2012, p. 98).

Com o objetivo de sistematizar a interação entre essas dimensões, foi elaborado um modelo descritivo estruturando as ações determinantes da governança no nível de território. Considerando que a institucionalização do território objeto desta pesquisa ocorreu em meados de 2003 e com a finalidade de identificar o processo histórico de fortalecimento das ações governamentais aplicadas ao desenvolvimento regional que culminaram no processo de institucionalização dos territórios no Brasil, o modelo apresenta as ações coordenadas pelo governo nacional e estadual que compreendem o período de 1970 à 2018.

3 Resultados e discussão

3.1 Práticas de governança na instância estatal (1970 - 2018)

Precipuamente, a instituição de políticas de desenvolvimento territorial tinha por objetivo preparar o país para o desenvolvimento industrial, como por exemplo, no governo de Getúlio Vargas, marcado pela implantação do Estado Novo, com

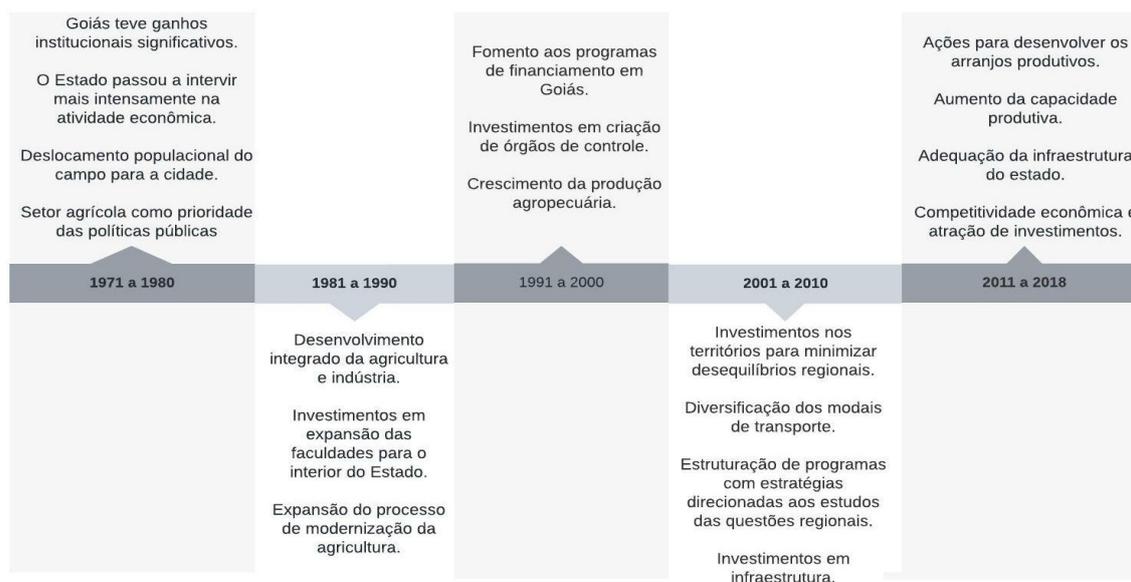
políticas integrativas do mercado interno e modificadoras das relações entre capital e trabalho. Já no governo de Juscelino Kubistchek foram conduzidas estratégias voltadas para modificações estruturais que favoreceram inúmeros investimentos nos setores de energia, transporte e indústria no país (ARRAIS, 2007).

Essas ações, a partir da década de 1960, foram reestruturadas, através de um modelo desenvolvimentista do plano de metas, cujo enfoque fora aproximar o Brasil dos países ricos. Nesse processo, o país instituiu o projeto de integração nacional, estabelecendo programas para o avanço, ocupação e povoamento do território (ARAÚJO, 2000).

No contexto estadual, especificadamente em Goiás, a problemática regional apareceu como um dos objetivos do plano de metas no Governo Mauro Borges Teixeira, já na década de 1960, mas somente na década de 1970 que o Governo de Irapuan Costa Júnior instituiu as diretrizes do II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social com objetivo de induzir o desenvolvimento através de um conjunto de ações para dirimir o desequilíbrio entre as regiões (Norte, Nordeste, Noroeste, Leste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste) do estado de Goiás (ARRAIS, 2007).

Sistematizando a evolução das ações ao longo do período de 1971 a 2018 que condicionaram o desenvolvimento regional, conseqüentemente a institucionalização dos territórios em Goiás, é possível observar (Figura 3) que, com a constituição das diretrizes do Governo de Irapuan Costa Júnior, o período de 1971 a 1980 foi caracterizado pela estratégia de desenvolvimento voltada para a regionalização com base em proximidade geográfica entre municípios, enfatizando os setores da educação, transporte e infraestrutura da região Centro-Sul de Goiás, que estava em um intenso processo de modernização agrícola, para atender às demandas nacionais de exportação (BRAGA, 2010).

Figura 03 – Ações no período de 1971 a 2018 que auxiliaram no desenvolvimento regional e, conseqüentemente, na institucionalização dos territórios em Goiás



Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

Já o período entre 1981 e 1990 fora marcado por estratégias nacionais de modernização agropecuária, mediante fomento às instituições de pesquisa e alocação de investimentos provenientes dos recursos do Polocentro e da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), materializados em projetos para ampliação de infraestruturas como: estradas, energia, telecomunicações, com destaque para projetos de irrigação de várzeas, a saber: Projeto Rio Formoso, Rio dos Bois, Rio do Sono e Alto Paraíso (SALGADO, 2010).

No entender de Mesquita e Furtado (2019), o período de 1990 a 2001 é retratado como um marco na reestruturação agroindustrial do estado, a partir da evidente dinâmica que a agricultura promovia (em especial a sojicultura), fomentada por políticas de incentivos fiscais e financeiros. Esse período assinalou a formação do elo entre agricultura e indústria e conseqüentemente a formação dos complexos agroindustriais.

Os anos 2001 a 2010 vivenciaram uma nova fase de desenvolvimento. No âmbito nacional ensejou-se um modelo de governança que concedesse maior protagonismo às regiões. Nesse contexto, a constituição dos Territórios Rurais de Identidade ou da Cidadania, tornou-se uma vertente de discussão iniciada durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002) e promulgada no governo Lula (2003-2010).

Inicialmente, o enfoque das discussões centrava no fomento à agricultura familiar, posteriormente essa abordagem procurou inferir sobre a integração da sociedade, agentes, mercados, políticas públicas e valorização cultural e social dentro de um espaço (BRASIL, MDA/SDT, 2007).

Como decorrência desse processo, no estado de Goiás fora conduzida a institucionalização de 12 territórios (Águas Emendadas; Chapada dos Veadeiros; Estrada de Ferro; Médio Araguaia; Norte; Parque das Emas; Serra da Mesa; Sudoeste Goiano; Vale do Araguaia; Vale do Paranã; Vale do Rio Vermelho e Vale do São Patrício) (ALENCAR; CARDOSO JÚNIOR; LUNAS, 2019; FUINI, 2012). Tais territórios foram concebidos, sobretudo, visando fomentar a criação e fortalecimento de instituições locais, por meio da coordenação econômica, capacitação e participação democrática nas decisões públicas.

O estado de Goiás passava, então, pela implementação de Planos Plurianuais (PPA) (mandato de Marconi Perillo), com vistas às exigências Constitucionais/1988. Esses PPA estabeleciam diretrizes para minimizar as disparidades regionais, tais como: 1- Goiás competitivo e polo econômico regional; 2- Goiás cidadania com melhoria da qualidade de vida; 3- Goiás com desenvolvimento harmônico e equilibrado; 4- Governo moderno e empreendedor; 5- Alianças e parcerias em prol de Goiás (CORREIA, 2011).

Os investimentos realizados nos Territórios em Goiás foram mais evidentes na aquisição de equipamentos; realização de obras de infraestrutura; contratação de serviços; capacitação e desenvolvimento agropecuário (ALENCAR; CARDOSO JÚNIOR; LUNAS, 2019). Particularmente importante ao estímulo de sistemas produtivos nos territórios foi o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Entretanto, Oliveira et al. (2017) relatam elevada seletividade na aplicação desse recurso entre as regiões no estado de Goiás, onde 64% dos recursos foram designados para as regiões sul e central. No território Vale do Araguaia-GO, entre 2013 e 2018 foram investidos um montante aproximado de R\$ 312 milhões (ALENCAR;

CARDOSO JÚNIOR; LUNAS, 2019), o que corresponde à apenas 10% do valor investido no Estado de Goiás no mesmo período (BCB, 2024).

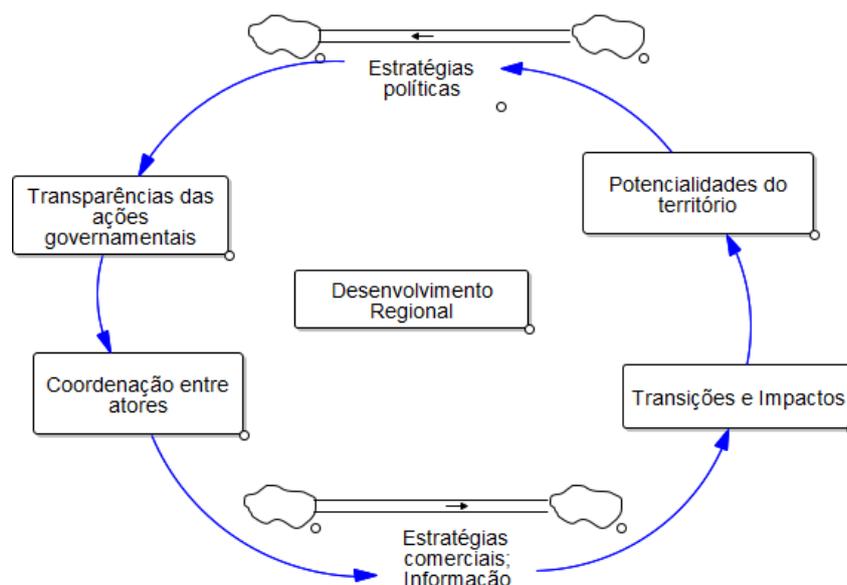
Por fim, importante destacar, também, o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), instituído pela Constituição de 1988, cujo enfoque foi o da redução da desigualdade regional, conforme previsto na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), com linhas de crédito ao custeio e investimento em empreendimentos rurais e urbanos (IMB, 2014).

No período de 2011 a 2018, as políticas regionais dedicaram a atenção às redes interfirmas e de cooperação interinstitucional (arranjos, parcerias), melhorando sua infraestrutura e proporcionando a atração de novos investimentos, principalmente voltados ao plantio de *commodities* agrícolas (ALENCAR; CARDOSO JÚNIOR; LUNAS, 2019; CORREIA, 2011) devido ao aumento da demanda externa por produtos agrícolas (ALENCAR; CARDOSO JÚNIOR; LUNAS, 2019) e com a finalidade de reduzir as disparidades econômicas entre as regiões do estado (RIBEIRO; LUZ, 2018).

3.2 Governança aplicada ao Território Vale do Araguaia-GO

Conforme compreendido anteriormente, a governança pode ser observada a partir de sua dimensão governamental, em suas diferentes esferas (nacional, estadual, local), a qual estabelece instituições que possibilitam a coordenação entre atores (estabelecidos geograficamente próximos) com vistas a atuar sinergicamente em direção a um determinado nível de desenvolvimento (Figura 4). Nesse modelo os fluxos integram os resultados das ações de cada dimensão definindo um circuito de governança entre as suas respectivas instâncias, quais sejam públicas e privadas, por meio das ações comerciais, políticas e de informação do sistema, as quais promovem as transições observadas no sistema socioeconômico, com impactos ambientais, sociais e culturais.

Figura 04 – Circuito de governança aplicada aos territórios



Fonte: elaborado pelos autores, 2022.

Dessa forma, o território pode ser caracterizado como um sistema dinâmico, em que os fluxos são retroalimentados por trocas que configuram as relações estabelecidas em um espaço que influencia, e é influenciado, pelas instâncias estatais, públicas e privadas. Essa dinâmica caracteriza, no Território Vale do Araguaia GO, os distintos (re)arranjos produtivos, decorrentes de processos institucionais, com impactos infraestruturais e ecológicos, como os investimentos em infraestruturas e as transformações na cobertura e uso da terra, e com implicações na dotação dos fatores no território (KRUGMAN; OBSTFELD, 2001) que permitiram a abertura do mesmo à produção de *commodities*, a partir de estratégias governamentais, como destinação de fontes de financiamento à agricultura e pecuária e os respectivos investimentos infraestruturais (CARDOSO JÚNIOR; LUNAS; LIMA, 2017).

Faz-se necessário ressaltar que a institucionalização do Território Vale do Araguaia, em 2003, coincidiu com a obrigatoriedade da apresentação do PPA pelos governantes. Essa implementação do PPA, converge com a primeira dimensão da governança, pois demonstra com mais transparência as estratégias do governo (ESPON, 2013; LIMA *et al.*, 2020). Embora alguns autores (CARDOSO, 2011; PAULO, 2014) destaquem a baixa eficácia dos planos na implementação de políticas públicas, Lima *et al.* (2020) defendem que o PPA oficializa as ações do governo eleito e traz mais clareza para a gestão.

No estado de Goiás, as diretrizes do PPA compreendiam a necessidade de dirimir as desigualdades entre as regiões do Estado. Segundo Goiás (2004, p. 1), “o Plano Estratégico do Governo de Goiás teve por objetivo propiciar um desenvolvimento espacial e ambiental integrado e sustentado, tendo como meta a conexão das regiões do Estado e a redução das desigualdades econômicas através do desenvolvimento harmônico e equilibrado”.

Neste contexto, o Plano Plurianual (PPA) de 2004-2007 instituiu as Regiões de Planejamento do Estado de Goiás (Regplan) a fim de que as ações dos programas governamentais fossem planejadas, executadas e avaliadas regionalmente. Entretanto, conforme Oliveira, *et al.* (2022) no decorrer dos anos as instituições públicas estaduais foram criando seus próprios critérios para (re)desenhar as regiões que fossem adequadas ao seu contexto, o que acabou diminuindo a utilização da referência anterior dificultando o acompanhamento das situações regionais e a ação convergente do governo estadual às suas áreas de atuação.

O PPA (2016-2019), gestão do governo Marconi Perrillo, estava centrado na integração produtiva do estado ao cenário nacional e mundial, através da dinamização da atividade agropecuária e industrialização do estado. Segundo Goiás (2016), essa estruturação produtiva, e a inserção das regiões no circuito produtivo, seria conduzida através de distintos programas como: os programas de incentivos fiscais (Produzir e Fomentar) e as agências de fomento (Goiás Fomento e Banco do Povo), com projetos de apoio a gestão de micro e pequenas empresas (MPE) e à institucionalização de Polos Regionais de Desenvolvimento, que, por meio da estruturação de Arranjos Produtivos Locais (APL) com base nas potencialidades locais, seriam instituídos através de projetos nas comunidades, por intermédio da Emater.

Fica evidente, portanto, que as estratégias para fomentar o desenvolvimento do Território Vale do Araguaia-GO foram constituídas no âmbito dos PPAs adotados

em diferentes mandatos de governo e com o intuito de integrar os diferentes atores da sociedade, através das redes de poder sócio territorial (ARRAIS, 2007).

No Território Vale do Araguaia-GO as potencialidades evidenciadas, segundo IMB (2012), eram: atividade pecuária, soja e milho, produção de mel, frutas (mamão e abacaxi), madeira em tora, produção de aves e suínos, leite e arroz. Nas atividades industriais os municípios do território apresentavam potencialidades para a segmentação das atividades de confecção de artigos do vestuário e acessórios; indústria de mineração, alimentícia, laticínios e fabricação de ração, e por fim, em alguns municípios do território, um elevado potencial turístico, decorrente do rio Araguaia.

Em relação ao potencial turístico, o PPA de 2003 imediatamente estimulou a reestruturação do território com vistas à explorar os atrativos naturais ali evidentes. Para auxiliar nesse processo, a Agência Goiana de Turismo (Agetur), em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), mapeou os destinos turísticos do estado. Essa abordagem permitiu melhor compreender os fatores necessários à consolidação dos destinos turísticos, os quais fomentaram a política de turismo no estado e a instituição de seis modalidades de programas com orçamento próprio de R\$ 117.649.920,00 entre 2003 e 2007 (GOIÁS, 2004).

Os projetos consistiram na implantação de novos Centros de Convenções, Terminais Turísticos, do corredor turístico do Araguaia, construção e melhoria dos Centros de Atendimento aos Turista, urbanização e paisagismo das avenidas beira rio, nas cidades ribeirinhas do Araguaia, além de iluminação pública e sinalização turística (GOIÁS, 2004, p. 1).

Já no PPA (2016-2019), o plano integrava mais ações desse eixo no estado, com enfoque para a projeção nacional do turismo. Segundo Goiás (2016, p. 93), “a Região do Vale do Araguaia já é uma região mais conhecida internamente em termos de turismo, e ela pode ser melhor explorada fora do Estado, para atrair mais turistas e colaborar para o desenvolvimento de sua região pouco favorecida em termos socioeconômicos”. Nesse contexto, investimentos na melhoria de infraestrutura de rodovias e na mitigação dos efeitos negativos da sazonalidade do turismo, tais como instabilidade do mercado de trabalho em baixa temporada e políticas de gestão ambiental e dos recursos naturais em alta temporada, foram as ações mais evidentes (GOIÁS TURISMO, 2020).

No que se refere a atividade industrial, os PPA previam a alavancagem da industrialização, por meio dos programas: Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (Produzir) e Fomento à Industrialização no Estado de Goiás (Fomentar), com o objetivo de implementação, expansão, modernização e diversificação do setor industrial no estado, entretanto, as duas microrregiões que concentram os municípios que compõem o território foram as que menos usufruíram dos recursos do Fomentar e Produzir (4,72% em 2003 e 0,10% em 2011) (IMB, 2012).

Conforme o modelo de análise adotado por este trabalho, a segunda dimensão da governança permite prospectar direcionadores de desenvolvimento fundamentalmente relacionados à estratégias evidenciadas na coordenação entre atores, estes representados por diferentes categorias de agentes econômicos identificados na região, dessa forma, o foco analítico é o da construção (ou possibilidade de) de um estoque de capital potencializador do desenvolvimento do território.

A integração do território vale do Araguaia GO ao circuito produtivo global, conduz a especialização do mesmo à produção de *commodities*, o que reduz a diversidade econômica e concentra externalidades negativas com efeitos nas dimensões espacial, cultural e ambiental (SILVA, 2018).

A expansão da sojicultura no território se torna, então, potencial promotora de impacto ambiental, com degradação de serviços ecossistêmicos (VALE; CARVALHO; ABDALA, 2021) e da cultura tradicional camponesa no território (CALAÇA, et al. 2001)

A atividade pecuária, pujante em alguns municípios do território, como por exemplo, Nova Crixás e São Miguel do Araguaia, os quais são os maiores produtores de gado de corte do estado de Goiás (IMB, 2022), acentua o processo de especialização produtiva no TVA, além disso, conforme alerta Teixeira Neto (2018) vários municípios do território vêm reestruturando sua atividade produtiva com a inserção da produção de grãos (soja e milho principalmente).

Em termos de perda de diversidade econômica, é possível evidenciar uma retração na produção de leite, arroz, mel e frutas no território (IBGEa, 2022; IBGEb, 2022), atividades típicas da produção familiar, e, destas atividades, cumpre destacar que a produção de mel constituiu o eixo catalizador da institucionalização do APL apícola em Crixás, São Miguel do Araguaia, Araguapaz, Aruanã, Faina, Mundo Novo e Nova Crixás (EMATER, 2022).

Para Ferreira e Sobrinho (2019) e CALAÇA, et al. (2021) esse fenômeno de especialização produtiva tem implicações economicamente negativas em termos de difusão, uma vez que fragiliza as estruturas de empoderamento dessas outras potencialidades produtivas, pressionando pequenos produtores à cessão de direitos de uso de suas propriedades mediante arrendamento ou aluguel. Segundo Boerema et al. (2016), essas externalidades negativas são pouco reconhecidas a níveis de tomada de decisão, logo, estruturas de governança em nível estatal deveriam preconizar, nas concepções de suas políticas, a análise dos efeitos deletérios da especialização produtiva do território em *commodities*.

Apesar destas evidências, segundo a Emater (2021) e o IBGE (2020), alguns atores sociais como: representantes da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Irrigação; agricultores locais, Instituições de Ensino, Gerência de Desenvolvimento Sustentável (GDS), Gerência de Agronegócio (Geagro), Emater, empresários, cooperativas, entre outros, foram reunidos para fomentar o APL apícola, a atividade pecuária e produção diversificada de grãos no território. Entretanto, o montante de recursos destinados às categorias com menores recursos de poder é evidente (ALENCAR; CARDOSO JÚNIOR; LUNAS, 2019)

O Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronater) tinha como propósito o fortalecimento do potencial endógeno do território (ORTEGA, 2016), com disponibilização de recursos financeiros através de programas como o Proinf e Pronaf. Analisando o período de 2003 a 2016, foram investidos em Goiás, via PROINF, um total de R\$ 52.973.199,68, desse total apenas R\$ 233.800,00 foi destinado ao Território, representando um total de 0,44%, já via Pronaf, entre 2013 a 2014 foram investidos um montante de R\$ 296 milhões no estado de Goiás, R\$ 21.097.817 no Vale do Araguaia-GO, o que representa um total de 7,13%. Para Ortega (2016, p. 42) “observa-se que esses recursos se concentram em

financiamento de atividades setoriais agropecuárias, e seus resultados foram considerados [desconexos]¹ e limitados”.

Quanto ao FCO os recursos destinados se concentraram nos municípios Nova Crixás, Britânia, Matrinchã e São Miguel do Araguaia, concomitantemente, tais municípios possuem o maior rebanho de gado para corte do território (IMB; IBGE, 2019). Cardoso Júnior, Lunas e Cardoso Júnior (2018) observam ainda que a maior parte dos recursos oriundos desses financiamentos foram destinados ao fomento da produção de gado de corte, soja e milho.

No que tange à questão ambiental, no Território Vale do Araguaia-GO é possível destacar a atuação do Conselho Municipal de Meio Ambiente, que dispõe de recursos do fundo municipal para a execução de ações no território. Segundo Bronstein (2017), os conselhos municipais atuam nas decisões e são tidos como requisitos ao estabelecimento de um arranjo de coordenação regional. Entretanto, a inexistência de conselhos relacionados ao desenvolvimento regional no TVA (IBGE, 2020), tornam as ações dos conselhos ambientais desconectadas e pontuais.

A terceira dimensão de análise proposta nesta pesquisa verifica o efeito da coordenação entre os atores no TVA. Segundo Dallabrida (2015), a eficácia da governança na instância estatal pode ser compreendida pela efetividade dos estímulos aos potenciais existentes em uma localidade.

Face às diversas potencialidades presentes no TVA (Torres; Ramos, 2008; IMB, 2012), Kazancigil (2002) e Lima et al. (2010) defendem que todo território necessita de uma análise de investimentos com vistas à aprimorar as suas potencialidades produtivas, considerando a utilização do capital natural de forma sustentável, e que seja promotora de emprego e renda para a população. Sob esta perspectiva, é possível analisar a efetividade das ações para prover o desenvolvimento previsto nos PPAs, frente as assimetrias inerentes às distintas formas de organização econômica do TVA e à dinâmica de coordenação entre atores públicos e privados, na construção coletiva de fatores de atratividade dentro do mesmo.

O Território Vale do Araguaia-GO passou por diversas mudanças conjunturais. Dados do IBGE (2022, a e b) evidenciam uma crescente transição da área de pastagem para a sojicultura, com prevalência ainda da atividade pecuária. Na visão de Barquero (2004) e Medeiros e Dias (2011) essa expansão inverte a lógica pretendida de desenvolvimento territorial, uma vez que uma instituição internacional, qual seja o mercado de commodities, promove o desenvolvimento de cima para baixo, estimulando a transformação do espaço, e a apropriação do capital natural, conforme a demanda pelo produto. Além disso, Abdala (2012), Silva (2018) e Calaça, et al. (2021) destacam que as monoculturas de commodities causam diversos impactos ambientais e socio culturais e, nesse contexto, a governança estatal não tem contemplado estratégias para reverter ou mitigar esse ciclo.

Ramos (2018) menciona ainda que a atividade turística apresenta riscos para conservação dos rios como poluição ambiental e caça predatória de animais, riscos esses acentuados pela atividade agrícola que também tem gerado diversos impactos,

¹ O termo original difuso foi empregado não evidenciando o significado de contexto, vez que a difusão é um conceito relacionado a promoção positiva de desenvolvimento econômico e tecnológico (HAYAMI; RUTTAN, 1988).

devido ao desvio irregular da água e desflorestamento que ameaçam o capital natural e a biodiversidade.

Araújo, Abdala e Medina, (2021) destacam no TVA o desflorestamento de áreas de proteção ambiental (áreas de preservação permanente e reserva legal), uso agronomicamente inadequado do solo, fragmentação da cobertura vegetal, degradação das matas ciliares e assoreamento dos cursos hídricos, e do próprio Rio Araguaia, com a diminuição significativa da ictiofauna (conjunto das espécies de peixes), além de significativa desigualdade socioeconômica dentro do território (SUESS; SOBRINHO, 2014).

Na instância privada os estabelecimentos formais, vinculados à atividade do turismo no território, representam 0,88% do total do estado em 2019, ou seja, uma pequena representação se comparada com a região turística dos negócios e tradição (59%) e do ouro e cristais (9,37%) (GOIÁS TURISMO, 2020).

Logo, as ações oriundas da governança estatal, que tinham intuito de dirimir as disparidades entre os territórios, não foram efetivamente equalizadoras dentro do TVA, principalmente porque boa parte desses recursos fora utilizado na compra de terras e investimentos em infraestrutura e irrigação (CORREIA, 2011; IMB, 2020), beneficiando um grupo seletivo de atores. Hasbi, Barkaoui e Bouksour (2014) esclarece que a concentração de poder pode desafiar questões de coerência interna impactando adversamente o desenvolvimento regional.

Apesar de os dados da Seagro (2014) e Emater (2021) apresentarem a coalizão de atores com base na política de governo, para prover polos de competitividade através de ações coordenadas, como por exemplo, capacitação técnica e aquisição de equipamentos para os agricultores familiares, cuja finalidade era a agregação de valor, a comercialização e melhoria da infraestrutura para produção apícola, leiteira, bovinocultura e grãos, os resultados evidenciados na segunda dimensão de governança aqui apresentada permitem inferir que tais iniciativas não têm impactado significativamente o padrão de mudança de uso do solo e apropriação do capital natural instituído pelo mercado de commodities.

Nesse sentido, mesmo que haja tal ordenação, os atores que participam dessa construção territorial têm se agrupado com vistas à obterem benefícios próprios, isso institui grupos de poder (PAULILLO, 2011) que reproduzem o padrão relatado. De todo modo, a mobilização social com vistas a fomentar o desenvolvimento nos territórios, deveria ser capaz de inserir distintos atores como as mulheres, jovens e comunidades tradicionais nas decisões territoriais visando diluir as influências dos grandes grupos e empoderar diferentes categorias de atores (LUNAS; CARDOSO JÚNIOR, 2018) atuando efetivamente nas decisões e na coordenação de políticas que promovam o desenvolvimento do território.

4 Considerações finais

Em sua configuração territorial, o Vale do Araguaia fora instituído por uma política de âmbito nacional, como resultado de políticas públicas de desenvolvimento regional que estimularam um processo de coordenação horizontal e vertical de atores materializando investimentos em infraestrutura e melhoria da capacidade produtiva com vistas à atender uma instituição externa, qual seja o mercado de commodities.

No âmbito nacional, os recursos oriundos para a reestruturação dos territórios em Goiás foram heterogêneos, o Vale do Araguaia-GO, por ser um território novo, recebeu menor parte dos recursos, então o principal desafio da governança dentro do território era o de criar condições que permitissem instituir uma coesão territorial embasada nas potencialidades, com ganhos institucionais que favorecessem um ambiente inovador, o fortalecimento e equalização do capital social das distintas categorias de atores sociais e econômicos presentes no território.

A formulação do PPA (2004-2007) e do PPA (2016-2017) previam a constituição de uma economia focada em polos de competitividade com base nas potencialidades locais, entretanto, este trabalho evidencia que, apesar de o TVA ter sido estruturado para configuração de Arranjos Produtivos tipicamente associados à produção familiar, desde sua concepção, as atividades predominantes no território foram a atividade pecuária e, em menor proporção, a produção de soja e milho, que se encontra em plena expansão.

O potencial turístico constituiu uma alternativa de diversificação socioeconômica ao território, entretanto, as evidências apontam para uma necessidade de maior coordenação desse potencial, sobretudo em sua relação com os impactos ao capital natural e aos conflitos existentes com o uso e ocupação do solo pelas atividades agropecuárias em expansão.

A governança no turismo deve contribuir para a instituição de uma estratégia de desenvolvimento do turismo sustentável, integrando as esferas públicas e privadas, mitigando os efeitos sazonais do turismo no território por meio da diversificação de ofertas turísticas, aproveitando todas as potencialidades ofertadas no território.

Quanto à intenção de formar os polos de competitividade, observa-se que a efetividade adversa da governança no território se expressa na incompreensão de fatores como: a escassez de estudos sobre o território, particularmente sobre processos de disputas de natureza política e institucional; o efeito de investimentos e distribuição de recursos de forma assimétrica e de como estes fatores consolidam grupos de poder e determinam formas adversas de uso dos recursos ali disponíveis.

Os resultados aqui apresentados permitem sugerir a institucionalização de Conselhos de Desenvolvimento Regional/Local, em nível municipal, que sejam articulados com os Conselhos Municipais Ambientais, e proativos na análise e constituição de políticas públicas promotoras de desenvolvimento equitativo e sustentável dos diferentes potenciais apresentados pelos municípios em um contexto territorial.

Dentre as limitações da pesquisa, destaca-se a deficiência documental das estratégias aplicadas ao território em específico.

REFERÊNCIAS

ABDALA, K. O. Dinâmica de competição agropecuária pelo uso do solo do estado de Goiás e implicações para a sustentabilidade dos recursos hídricos e remanescentes florestais. 2012. 205 f. **Tese (Doutorado em Ciências Ambientais)**. Programa Multidisciplinar de Doutorado em Ciências Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, [s.l.], v. 4, 2000.

ALENCAR, I. P.; CARDOSO JÚNIOR, H. M.; LUNAS, D. A. L. Constituição da política do desenvolvimento territorial rural em Goiás: análise do acesso às políticas públicas pelos territórios. **Revista Cerrados**, Montes Claros, v. 17, n. 1, p. 26-52, jan./jun. 2019.

ARRAIS, T. A. Planejamento e desenvolvimento regional: a intervenção governamental e a problemática regional em Goiás. **Mercator – Revista de Geografia da UFC**, [s.l.], ano 6, n. 12, 2007.

ARAÚJO, R. N.; ABDALA, K. O.; MEDINA, G. S. Impacto ambiental do turismo de pesca: aplicação da Lei da Cota Zero do Rio Araguaia, em Goiás. **Interações**, Campo Grande, v. 22, n. 2, p. 597-607, abr./jun. 2021.

ARAÚJO, T. B. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000.

BARQUERO, A. V. **La política de desarrollo en Italia: instrumentos y experiencias**. Santiago de Chile: Cepal - Proyecto Cepal/GTZ, 2000.

BCB. Banco Central do Brasil. **Quantidade e Valor dos Contratos de Crédito Rural por UF**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/reportmicrrural/?path=conteudo%2FMDCR%2FReports%2FqvcRegiaoUF.rdl> Acesso em 24 jun. 2024

BOISIER, S. **Conversaciones sociales y desarrollo regional**. Talca: Editorial da Universidade de Talca, 2000.

BOEREMA, A. *et al.* Soybean trade: balancing environmental and socio-economic impacts of na intercontinental market. **Plos One**, [s.l.], 2016.

BRAGA, N. L. **Balço de Gestão**. Resultados das ações do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) 2003-2010. Brasília: MDA: SDT/MDA, 2010. 115 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). **Perfil Territorial: Vale do Araguaia-GO**. Brasília-DF: CGMA, maio 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). **Vale do Araguaia-GO**. Brasília, MDA/SDT. 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). **Referências para a gestão social dos territórios rurais: guia para a organização social**. Brasília, MDA/SDT, 2006. (Documentos de Apoio, 3).

BRONSTEIN, M. M.; FONTES FILHO, J. R.; PIMENTA, G. A. Organização dos Conselhos Municipais: governança e participação da sociedade civil. **Interações**, Campo Grande, v. 18, n. 1, p. 89-102, 2017.

CALAÇA, M.; SILVA E. B.; JESUS, J. N. Territorialização do agronegócio e subordinação do campesinato no Cerrado. *Élisée* - **Revista de Geografia da UEG**, v. 10, p. 1-27, 2021.

CARDOSO JÚNIOR, H. M.; LUNAS, D. A. L. L.; GOMES, D. D. A abordagem territorial para o desenvolvimento rural sustentável no Brasil. Em: LUNAS, Divina Aparecida Leonel; CARDOSO JÚNIOR, Hamilton Matos; GIONGO, Pedro Rogério (org.). **Estado e políticas públicas no Território Rural do Sudoeste Goiano**. Goiânia: Editora Kelps, 2017. p. 15-47.

COLLETIS, G. *et al.* Construction territoriale et Dynamiques productives. **Revue Sciences de la Société**, [s.l.], n. 48, outubro de 1999.

CORREIA, S. P. S. **A construção de Goiás**: ensaio de desenvolvimento político e regional. Goiânia: Ed. da PUC-GO, 2011.

DALLABRIDA, V. R. Ativos territoriais, estratégias de desenvolvimento e governança territorial: uma análise comparada de experiências brasileiras e portuguesas. **EURE**, Santiago, v. 42, n. 126, p. 187-212, mayo 2016.

DALLABRIDA, V. R. Governança territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática. **Análise social**, [s.l.], v. 215, n. 2, 2015.

DALLABRIDA, V. R.; BECKER, D. F. Governança Territorial: um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, ano 1, n. 2, p. 73-97, jul./dez. 2003.

DAVOUDI, S.; EVANS, N.; SANTANGELO, M. Territorial governance in the making. Approaches, methodologies, practices. **Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles**, [s.l.], n. 46, p. 33-52, 2008.

EMATER – Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária. [...] sobre o desenvolvimento da Região Norte do Estado. **Comunicação-GO**, 2021. Disponível em: <https://www.emater.go.gov.br/wp/com-46-milhoes-de-hectares-e-como-se-tivessemos-outro-estado-de-goias-para-produzir-diz-secretario-tiago-mendonca-sobre-o-desenvolvimento-da-regiao-norte-do-estado/>. Acesso em: 10 fev. 2022.

ESPON, T. **Territorial Approaches for New Governance**. [S.l.]: European Regional Development Fund Investing in your Future, 2013.

FERREIRA, L. C. G.; SOBRINHO, F. L. A. A produção canavieira e o mito do progresso: agronegócio e agricultura familiar na microrregião de Ceres, Goiás. **Revista Latinoamericana Caribenha de Geografia e Humanidades**, [s.l.], v. 2, n. 1, abril 2019.

FARINÓS, J.; FERRAO, J. G. Em: LÓPEZ TRIGAL, L. (coord.). **Diccionario de Geografía Aplicada y Profesional**. Terminología de análisis, planificación y gestión del territorio. León: Universidad de León, 2015.

FUINI, L. L. A Governança Territorial no Circuito das Malhas do Sul de Minas Gerais. **Interações**, Campo Grande, v. 9, n. 2, p. 141-148, jul./dez. 2008.

FUINI, L. L. Compreendendo a governança territorial e suas possibilidades: Arranjos Produtivos Locais (APL) e circuitos turísticos. **Interações**, Campo Grande, v. 13, n. 1, p. 93-104, 2012.

GOIÁS. **Plano Plurianual 2004-2007**. Goiânia: Seplan, 2003.

GOIÁS. **Plano Plurianual 2016-2016**. Goiânia: Seplan, 2016.

GOIÁS TURISMO. Observatório do turismo do estado de Goiás. **Boletim de dados do turismo em Goiás 2020**, edição n. 10-2020. Disponível em: <https://www.turismo.go.gov.br/files/BLONATUALIZADO.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2021.

HARADHAN, M. Qualitative research methodology in social sciences and related subects. **Journal of Economic Development, Environment and People**, [s.l.], v. 7, Issue 1, p. 23-48, 2018.

HASBI, A. A.; BARKAOUI, M.; BOUKSOUR, O. The territorial attractiveness, governance, infrastructures and logistics activities: Case of Tangier city, Marocco. **Asian Journal of Management Research**, [s.l.], v. 5, n. 3, 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Munic – Perfil dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IBGEa – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PAM – Produção Agrícola Municipal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IBGEb – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PAM – Produção Pecuária Municipal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IMB – Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Análise do Censo Fomentar – Produzir**. Goiás: SEGPLAN, 2014. Disponível em: <https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/estudos/2014/analise-do-censo-fomentar-produzir.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2022.

IMB – Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Análise espacial do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)**. Goiás: Segplan, 2012. Disponível em: <https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/estudos/2014/analise-espacial-fco-o-caso-de-goias.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2021.

IMB – Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Estatísticas municipais**. Disponível em: <https://www.imb.go.gov.br/>. Acesso em: 5 maio 2020.

IMB – Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Estatísticas Municipais (Séries Históricas)**. Goiás: Segplan, s/d.

IMB – Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **O programa Fomentar/produzir, informações e análise para o Estado de Goiás e suas Microrregiões**. Goiás: Segplan, 2012. Disponível em: <https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/estudos/2012/o-programa-fomentar-produzir-informacoes-e-analises-para-o-estado-de-goias.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2022.

IMB – Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Perfil e Potencialidades dos Municípios Goianos**. Goiás: Segplan, 2012. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/bde/>. Acesso em: 25 jun. 2021.

JEAN, B.; WA, A. É. M. Le capital social et le renforcement des « capacités de développement » des communautés rurales: les enseignements d'une étude canadienne. **Revue d'Économie Régionale & Urbaine**, v. 5, n. 5, p. 673-694, 2004.

KAZANCIGIL, A. A regulação social e a governança democrática da mundialização”. In: MILNAI, A. et al. (org.). **Democracia e Governança Mundial: que regulações para o Século xxi?**, Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS/Uunesco, 2002. p. 47-62.

KRUGMAN, P. R. & OBSTFELD, M. **Economia Internacional: Teoria e Política**. 4ª ed. São Paulo: Makron Books, 2001.

LIMA, L. L. et al. Plano Plurianual como proxy para medir capacidades estatais: um estudo sobre o planejamento governamental nos municípios da região metropolitana de Porto Alegre. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, [s.l.], v. 12, 2020.

MEDEIROS, L. S. de; DIAS, M. M. Introdução. Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil. **Série Desenvolvimento Rural Sustentável**, Brasília, v. 14, ago. 2011.

MESQUITA, F.; FURTADO, A. T. Mudanças estruturais e espaciais na agricultura. **Mercator**, Fortaleza, v. 18, 2019.

NORTH, D. Institutions. **Journal of Economic Perspectives**, v. 5, p. 97-112, 1991.

OLIVEIRA, G. R.; CRUVINEL, E. C.; SOUSA, M. E.; CLAUDINO, J. **Regiões de planejamento do estado de Goiás: uma revisão para a gestão pública**. Goiânia: IMB, 2022. 29p.

OLIVEIRA JÚNIOR, O. P. Custos de transação e canais de distribuição na cadeia produtiva da mandioca: o caso da região do Vale do Araguaia-GO. 2015. 114 f. **Dissertação (Mestrado em Agronegócio)** – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

ORTEGA, A. C.; PIRES, M. J. S. **As políticas territoriais rurais e a articulação governo federal e estadual um estudo de caso da Bahia**. Brasília: Ipea, 2016. 215 p.

PAULILLO, L. F. O.; ALMEIDA, L. M. C. M.; MELLO, F. O. T. Redes de políticas no agronegócio no estado de São Paulo: Formas de orquestração de interesses produtivos nos complexos agroindustriais citrícola e sucroalcooleiro. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 24, n. 47, p. 283-316, jul.-dez. 2019.

RAMOS, C. P. Problemas Aluviais Relacionados ao Rio Araguaia: Rio Araguaia. **Revista de Estudos Interdisciplinares do Vale do Araguaia - REIVA**, [s.l.], v. 1, n. 2, 2018.

RIBEIRO, I. S.; LUZ, J. S. Arranjos Produtivos Locais: sua utilização como política de desenvolvimento no Estado de Goiás. RAU/UEG – **Revista de Administração da UEG**, [s.l.], v. 9, n. 3, set./dez. 2018.

SALGADO, T. R. **Planejamento e Regionalização: análise dos planos plurianuais elaborados pelo governo do estado de Goiás entre 1999 a 2007**. 2010. 155 f. **Dissertação (Mestrado em Geografia)** – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

SEAGRO – Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Irrigação. **Projetos da Superintendência de política agrícola e agronegócios**. 2014. Disponível em: <http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2014-08/portfolio-de-projetos-da-seagro-2.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2022.

SILVA, F. C. A. Territorialização do agronegócio e as transformações socioespaciais nas regiões Norte e Nordeste de Goiás. **Élisée – Revista de Geografia da UEG**, Porangatu, v. 7, n. 2, p. 98-114, jul./dez. 2018.

SUESS, R. C.; SOBRINHO, H. C. Mesorregião do Noroeste Goiano: uma abordagem holística e suas múltiplas determinações. **Sociedade e Território**, Natal, v. 26, n. 1– p. 122 - 138, jan./jun. 2014.

TEIXEIRA NETO, A. Norte goiano: meio natural, povoamento e urbanização. **Élisée – Revista de Geografia da UEG**, Porangatu, v. 7, n. 1, p. 8-40, jan./jun. 2018.

TORRES, G.; RAMOS, H. Gobernanza y territorios. Notas para la implementación de políticas para el desarrollo. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, v. 203, p. 75-95, 2008.

VALE, N. K. A.; CARVALHO, M. T. M.; ABDALA, K. O. Caracterização de estudos de impacto Ambiental relacionados ao cultivo e expansão da cultura da soja no mundo. **Revista em Agronegócio e Ambiente**, [s.l.], v. 14, 2021.

Najla Kauara Alves do Vale. Doutora em Agronegócio. Instituto Federal Goiano. Professora. Rua Araguacem, qd 25 Lt. 416, Jardim Novo Horizonte, CEP 76200.000, Iporá - GO. najla.vale@ifgoiano.edu.br

Klaus de Oliveira Abdala. Doutor em Ciências Ambientais. Universidade Federal de Goiás. Professor associado. Rua 01, n. 450, casa 6, Vila São João, CEP 74815 - 420, Goiânia-GO. agroklaus@ufg.br

Guilherme Resende de Oliveira. Doutor em Economia. Universidade Federal de Goiás. Professor pesquisador - PPGAgro. Rua T-34, n. 2234, ap. 3204, St. Bueno, CEP 74223-220, Goiânia-GO. resendego@yahoo.com.br

Submetido em: 10/11/2023

Aprovado em: 21/05/2025

CONTRIBUIÇÃO DE CADA AUTOR

Conceituação (Conceptualization): Najla Kauara Alves do Vale, Klaus de Oliveira Abdala;
Curadoria de Dados (Data curation): Najla Kauara Alves do Vale;
Análise Formal (Formal analysis): Najla Kauara Alves do Vale, Klaus de Oliveira Abdala, Guilherme Resende de Oliveira;
Obtenção de Financiamento (Funding acquisition): Sem Financiamento
Investigação/Pesquisa (Investigation): Najla Kauara Alves do Vale;
Metodologia (Methodology): Najla Kauara Alves do Vale, Klaus de Oliveira Abdala;
Administração do Projeto (Project administration): Klaus de Oliveira Abdala;
Recursos (Resources): Najla Kauara Alves do Vale;
Software: Najla Kauara Alves do Vale;
Supervisão/orientação (Supervision): Klaus de Oliveira Abdala;
Validação (Validation): Klaus de Oliveira Abdala, Guilherme Resende de Oliveira;
Visualização (Visualization): Najla Kauara Alves do Vale, Klaus de Oliveira Abdala, Guilherme Resende de Oliveira;
Escrita – Primeira Redação (Writing – original draft): Najla Kauara Alves do Vale;
Escrita – Revisão e Edição (Writing – review & editing): Klaus de Oliveira Abdala, Guilherme Resende de Oliveira;

Fontes de financiamento:
Sem Financiamento